

## **18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas**

**19.09.2018**

**Ponto 3.7**

### **Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Odivelas e a Área Governativa da Administração Interna, para a Construção de Novas Instalações para a Divisão Policial da PSP de Odivelas** **Intervenção Vereador Rui Francisco**

Gostaria de colocar algumas dúvidas.

A 1ª, não tem a ver com segurança, tem a ver com a educação e, com o facto de estarmos a falar num terreno que tinha como destino - ainda antes da construção do jardim-de-infância e do 1º ciclo de iniciativa associativa, chamemos-lhe assim, num terreno um pouco mais acima - a substituição da Avelar Brotero.

Neste sentido, a pergunta que tenho que fazer é:

Sabemos que existiram e decorrem ainda obras de remodelação na Avelar Brotero, mas a intenção antiga, por parte do Estado, da Administração Central através da DREL, de desativar a Escola Avelar Brotero, colocaria necessidade relativamente à sua substituição e para isso estava previsto este terreno. Queremos saber em concreto se há algum desenvolvimento - até porque isto mexe com um projeto interessante da Câmara que é o prolongamento da requalificação do Rio da Costa, de passarmos para o outro lado da rotunda a requalificação do Rio da Costa - ou fazer o ponto da situação, não vá daqui a algum tempo o Ministério entender encerrar a Avelar Brotero e vir perguntar à Câmara que terrenos é que tem disponíveis para a construção de uma nova escola do 2º ciclo e, nessa altura a Câmara ter já hipotecado o terreno inicialmente previsto para isso, através deste protocolo.

2ª Pergunta:

De há muito tempo para cá, vimos defendendo uma solução de novas instalações da esquadra de Odivelas, consideramos todos que as instalações onde está hoje situada, quer a esquadra de Odivelas, quer a esquadra de investigação criminal da Divisão, não apresentam condições minimamente aceitáveis e, foi nessa perspetiva que considerámos como proposta, a possibilidade da colocação da esquadra de Odivelas no edifício do Instituto e, pensamos nós, que quando fizemos esta discussão havia de alguma forma até algum consenso por parte da Câmara de que, aquele novo espaço, até para garantia da segurança do equipamento que pretendemos todos seja de usufruto coletivo, pudesse ficar ali a esquadra.

Diz-nos agora o senhor presidente que esta é uma solução rejeitada pelo MAI e rejeitada também, eventualmente, pelo Comando Metropolitano. Importa perceber se a perspetiva do Comando Metropolitano e do Ministério da Administração Interna é construir a divisão policial, colocando lá também a esquadra de Odivelas, ou se é apenas substituir a esquadra por um outro equipamento ou até construir a divisão policial mantendo a esquadra de Odivelas, onde ela existe agora, pode ser também uma possibilidade pois as divisões não têm de estar nas esquadras.

S. João da Talha, por exemplo, tem a esquadra no mesmo edifício da divisão, mas não tem que efetivamente ser assim. A Divisão pode ocupar um equipamento autonomizado. Quero tentar perceber o que está pensado em matéria de segurança pública e da ação da PSP, no nosso território.

Outra questão, e que está um bocado à margem disto, é:

O que é que vai acontecer com a criação da Divisão Policial de Odivelas, à divisão de trânsito que hoje é de Loures e Odivelas. Não sei se existirão condições para duas divisões policiais terem cada uma a sua divisão de trânsito ou se pode existir uma partilha, e estando esta no nosso concelho, era também importante perceber isto.

Sobre a deliberação em concreto, não temos reserva nenhuma na afetação de terrenos públicos e municipais para a construção de equipamentos públicos e equipamentos de interesse público, muito pelo contrário. Já aprovámos, em muitas circunstâncias, direitos de superfície, cedências, comodatos, etc.... para aquilo que nós consideramos fins aceitáveis.

Aliás, se se recorda Senhor presidente, a esquadra de Odivelas estava pensada para, não muito longe dali, nos terrenos do Centro Administrativo onde, para além da esquadra, e antes da reforma do novo mapa judicial, se previa até um tribunal e um conjunto de outros equipamentos, instalações para serviços da câmara, etc.

A nossa posição relativamente a esta matéria mantem-se. A nossa questão tem a ver com o que decorre para a câmara, de custos suplementares nomeadamente em relação ao projeto.

Só conhecemos o custo do projeto sem conhecermos qual é o custo da obra. Ou seja, o custo do projeto resulta sempre daquilo que é o montante da obra em regra. Pode ser 10%, pode ser 15% mas, se o senhor presidente hoje nos pode afiançar qual é o investimento municipal no projeto já conhecendo os programas funcionais do ministério, ficamos todos muito mais descansados.

Depois há outra questão, em matéria de arranjos exteriores com certeza que será necessário fazer uma intervenção também e essa ficará a cargo do município porque o Ministério da Administração Interna só vai pagar aquilo que é a obra, o equipamento.

À semelhança daquilo que aconteceu com o Centro de Saúde, podemos estar a falar num investimento municipal que pode rondar os 30% ou que até pode ter uma percentagem superior do valor da obra.

Ou seja, por principio não temos nada contra, não obstaculizamos o protocolo. Lamentamos que a solução do aproveitamento, até pela centralidade que tem do espaço aqui no Mosteiro, tenha sido rejeitada - certamente, pelo Comando Metropolitano, porque não é o Ministério que se mete nestas coisas. Lamentamos, mas achamos que tem de existir condições pelo menos para uma nova esquadra que há muito reivindicamos e achamos também que deve existir uma divisão policial de Odivelas.

Não temos grandes reservas. A reserva que temos é relativamente ao espaço que estava inicialmente afeto para a substituição de um equipamento escolar no concelho, mas a Câmara saberá resolver o problema quando ele se colocar, sendo que a localização também é importante. Estamos a falar de uma das zonas mais densamente povoadas da cidade de Odivelas e um equipamento escolar ali era de todo oportuno. Aliás pretendia criar-se ali um centro escolar com as escolas já construídas, etc.

Quanto a esta proposta em concreto, compreenderão que nós não lhe somos de todo desfavoráveis, mas trata-se de um passo que a Câmara Municipal de Odivelas vai dar e cujos contornos específicos ainda não são, na totalidade, conhecidos pela oposição. Pelo que, em coerência e em prudência, validamos a proposta com a nossa abstenção.

Odivelas, 19 de Setembro de 2018

Os Vereadores da CDU